

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.511 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2002

## Senado aprova prorrogação da CPMF sem a noventena

Proposta que estende até 31 de dezembro de 2004 a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira foi aprovada em primeiro turno, ontem, pelo Plenário do Senado. Os senadores aceitaram emenda do vice-líder do governo, Romero Jucá, acabando com prazo de 90 dias para reinício da cobrança da CPME.

PÁGINAS 4 E 5

Liberdade nas coligações vai para a Câmara

PÁGINA 3



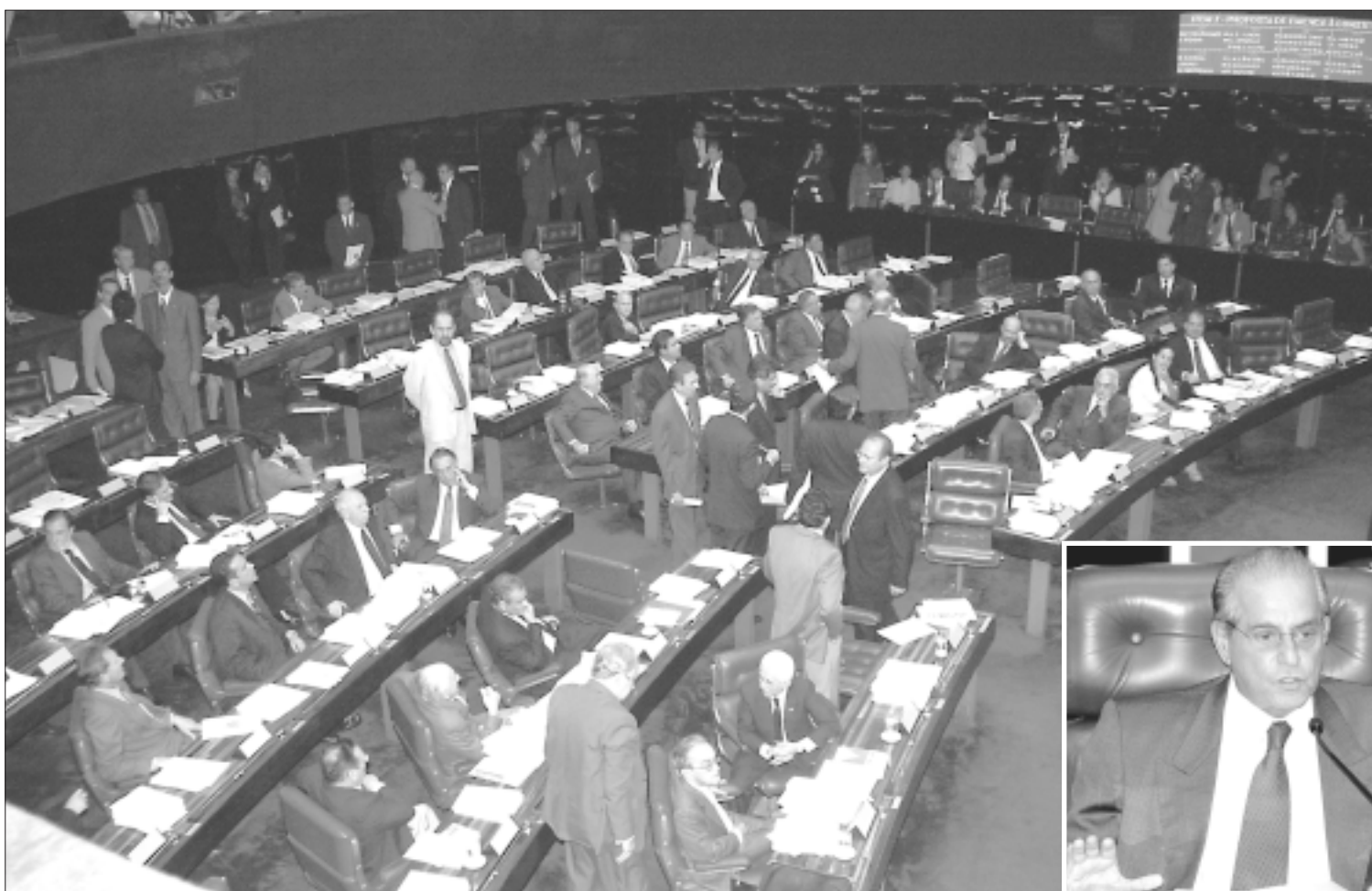
Carlos Wilson participa do Seminário Regional Interlegis Nordeste

Interlegis muda representação, diz Carlos Wilson

PÁGINA 12

Plenário acolhe cinco projetos contra violência

PÁGINA 3



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Na presidência da sessão, Tebet (foto menor) convocou para o dia 12 sessão destinada a votar CPMF em segundo turno



Célio Azevedo

Empréstimo para Rondônia e perdão de dívida de Moçambique também foram aprovados

### Novas regras para fundo de tecnologia

Comissão de Assuntos Econômicos aprova mudanças nas regras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que este ano movimentará R\$ 755 milhões.

PÁGINA 9

# Mudança na indenização a familiar de desaparecido político está em pauta

Projeto de Antonio Carlos Valadares que estabelece maior rigor no reparo a danos morais também será analisado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje, a partir das 10h, alterações na lei que trata das indenizações aos familiares dos desaparecidos em decorrência da perseguição política pelo regime militar. De iniciativa do Executivo, o projeto tem relatório favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR). Se aprovado, seguirá para análise e votação pelo Plenário do Senado.

A legislação atual reconhece como mortos os desaparecidos por motivo de perseguição política entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. A proposta estende o período até a data da promulgação da Constituição federal: 5 de

outubro de 1988.

Também constam da pauta da CCJ dois projetos terminativos – não precisam ir a votação em Plenário, a não ser em consequência de recurso. Um dos projetos, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelece maior rigor no reparo a danos morais sofridos por pessoas físicas ou jurídicas e entes políticos. Aprovada na semana passada, a matéria será novamente votada na CCJ, em turno suplementar, por ter sido aprovado o substitutivo.



Osmar Dias, relator, apóia alterações na lei que indeniza familiares de desaparecidos

O texto define dano moral como “a ação ou omissão que ofenda o patrimônio moral da pessoa física

ou jurídica, e dos entes políticos, ainda que não atinja o seu conceito na coletividade”. Entre os bens tutelados pela proposta destacam-se o nome, a honra, a fama, a imagem, a intimidade, a credibilidade, a respeitabilidade, a liberdade de ação e a auto-estima.

Conforme a proposta, se julgar procedente o pedido de reparação, o juiz fixará a indenização a ser paga a cada um dos ofendidos, em valores que podem chegar a R\$ 180 mil.

O outro projeto é o que trata do andamento dos processos instalados pelo Ministério Público, a partir das investigações feitas por comissão parlamentar de inquérito.

## Comissão vota indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa hoje, a partir das 17h, três indicações do Executivo para cargos de embaixadores do Brasil. Synesio Sampaio Góes Filho foi indicado para chefiar a embaixada em Luxemburgo, cargo que exercerá cumulativamente com o de embaixador na Bélgica.

Ney do Prado Dieguez, atual embaixador na Guiana, foi indicado para também exercer cargo junto a São Vicente e Grandinas. Marcus Camacho de Vicenz foi indicado embaixador junto à República Libanesa.

Os pareceres sobre as indicações, emitidos pelos senadores José Agripino (PFL-RN), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Geraldo Melo (PSDB-RN) serão examinados em reunião secreta.

## Benefício a idosos em exame na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina hoje pauta de 14 itens, entre os quais projeto da Câmara dos Deputados que obriga os hospitais públicos e clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecerem atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência física e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares. O projeto será votado em decisão terminativa – não precisará ir ao Plenário do Senado, a não ser em caso de recurso – e a reunião está marcada para as 9h.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) vai apresentar substitutivo à proposta original estendendo o benefício às pessoas acompanhadas por crianças de colo. O substitutivo estabelece ainda que idosos com idade igual ou superior a 60 anos terão atendimento preferencial e determina

que as unidades do SUS e clínicas conveniadas destinarão locais exclusivos para marcação de consultas e exames para esses beneficiários.

Consta ainda da pauta da CAS substitutivo do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) que proíbe o uso do sistema de jateamento de areia a seco. Segundo a proposição, o sistema deverá ser substituído por outros que não causem poluição e nem tragam danos à saúde. O projeto original da Câmara, além de vedar o jateamento de areia para limpeza e reparo, impede a utilização de outros processos que, comprovadamente, causem a pneumoconiose, um tipo de pneumonia causada pela inalação de pó ou areia.

Para Juvêncio da Fonseca, o que se deve proibir é o emprego de jateamento de areia a seco, e não de todos os outros processos produtivos que causem a pneumo-

coniose, conforme está no projeto original, de autoria do deputado Carlito Meres (PT-SC). “Do contrário estaríamos impedindo toda a atividade mineradora do país”, argumentou o senador.

Outro projeto a ser analisado é o do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que permite ao empregado faltar ao serviço por até 15 dias no caso de desaparecimento de cônjuge, pais, filhos, irmão ou pessoa que, comprovadamente, viva sob sua dependência econômica. O relator da matéria, senador Moreira Mendes (PFL-RO), é favorável à aprovação.

Projetos do senador Osmar Dias (PDT-PR), que extingue a exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas, e do deputado Geraldo Magela, que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de lote urbanizado, também deverão ser apreciados pela CAS.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

10h – Preside sessão deliberativa extraordinária do Senado  
14h30 – Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Parecer nº 434/02, sobre mensagens que submetem à deliberação do Senado os nomes de Ricardo Oliva e de Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para exercerem o cargo de diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; PDL nº 1/02, aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; entre outros.

14h30 – Sessão Conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: destinada à eleição do Conselho de Comunicação Social; e MP nº 2175, que dispõe sobre a reestruturação da carreira do Tesouro Nacional e organização da carreira Auditoria Fiscal da Previdência Social e da carreira Auditoria Fiscal do Trabalho. Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 31/01, dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no SUS; PLS nº 229/01, dispõe sobre níveis de radiação emitida por antenas fixas do Sistema Móvel Celular; PLS nº 230/01, altera a CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para autorizar o não-comparecimento ao serviço, sem prejuízo do salário, para a procura de parente desaparecido; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 36/02, altera dispositivos da Lei nº 9.140/95, que reconhece como mortos pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979; PLS nº 27/00 (tramitando em conjunto com o PLS nº 42/01), estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo; emendas de plenário nºs 3 e 4, de Plenário, oferecidas ao PLS nº 292/99 (tramita em conjunto com os PLS nºs 386/99 e 614/99), dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; PEC nº 7/02, dá nova redação aos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 14 da Constituição federal, para facultar a participação do estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais; entre outros.

14h30 – Comissão Especial do Rio São Francisco. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações





Célio Azevedo

Jonas Pinheiro: parecer favorável a operação que financiará novo ramal do metrô paulista

## São Paulo e Acre são autorizados a fazer empréstimos

O Senado autorizou três empréstimos externos para o estado de São Paulo e um para o Acre, com garantias da União. Os pedidos já haviam sido aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O único voto contrário foi do senador Lauro Campos (PDT-DF).

O maior empréstimo, de US\$ 209 milhões, a ser tomado por São Paulo junto ao Banco Mundial, financiará a construção da quarta linha do metrô paulista, que ligará o Morumbi à Estação da Luz. O relator, com voto favorável, foi o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Outro empréstimo, de US\$ 120 milhões, será usado pelo governo de São Paulo na recuperação de 4.200 quilômetros de rodovias estaduais. O dinheiro virá do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relator na CAE, com voto favorável, foi o senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

O Plenário autorizou também empréstimo de US\$ 34 milhões do BID a São Paulo para a primeira fase do Programa de Ação nos Cortiços de São Paulo. A matéria foi relatada favoravelmente pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

### DESENVOLVIMENTO

A quarta operação de crédito aprovada beneficia o Acre, que fica autorizado a tomar empréstimo de US\$ 64,8 milhões junto ao BID para financiar parcialmente o Programa de Desenvolvimento Sustentável. Está prevista implantação de infra-estrutura pública, aumento da rentabilidade econômica dos produtores rurais e extrativistas e melhoria da capacidade de fiscalização do setor público no estado.

A senadora Marina Silva (PT-AC) e os senadores Tião Viana (PT-AC), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Romeu Tuma (PFL-SP) defenderam o projeto. Conforme Marina, o programa era um velho sonho do ambientalista Chico Mendes.

# Aprovada PEC que libera as coligações partidárias

Proposta de emenda constitucional, acolhida ontem em segundo turno, será agora enviada para análise da Câmara dos Deputados

Em segundo turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna sem efeito decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) exigindo que as alianças eleitorais feitas nos estados e municípios vinculem-se às coligações feitas no âmbito federal. A proposta foi aprovada por 57 votos a favor, cinco contrários e uma abstenção, e precisa ainda ser votada na Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a PEC foi aprovada nos termos de substitutivo do senador José Fogaça (PPS-RS). A iniciativa assegura aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, e escolher suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em nível nacional, estadual, distrital ou municipal.



José Cruz

José Fogaça é autor do substitutivo que o Plenário do Senado aprovou. Proposta foi inicialmente apresentada por Bernardo Cabral

O texto aprovado determina que os estatutos dos partidos devem estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. E estabelece que a emenda se aplica às eleições de 2002. Bernardo Cabral justificou o texto defendendo a autonomia partidária. Segundo disse, as legendas são livres para definir como querem se coligar.

### AUTODETERMINAÇÃO

Antes da votação, o senador José Fogaça pediu que o Plenário



Célio Azevedo

decidisse favoravelmente à proposta. Ele argumentou que o texto, apresentado por Bernardo Cabral, era proposta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para garantir aos partidos o direito à autodeterminação, princípio constitucional básico. Os senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO) e Álvaro Dias (PDT-PR), apesar de votarem contra a PEC, disseram que suas bancadas estavam liberadas.

## Crime contra vida pode ter pena maior

O Senado aprovou ontem cinco projetos de lei, produto dos trabalhos da Comissão Mista de Segurança Pública, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). Um deles agrava a punição a quem comete crimes contra a vida. O homicídio, por exemplo, cuja pena atual varia de seis a 20 anos, passará a ser punido com um mínimo de oito anos de prisão. A pena máxima permanece inalterada. Outra medida determina que a liberdade condicional para o homicídio qualificado somente será permitida depois de cumprida dois terços da pena.

Também seriam aumentadas as penas para quem rouba e agride ou mata a vítima. Se o roubo resultar em lesão corporal grave, o criminoso poderá pegar de 16 a 24 anos de cadeia (hoje a pena é de sete a 15 anos). Se acabar em morte, a reclusão será de 24 a 30 anos (a pena em vigor é de 20 a 30 anos).

Outro projeto aprovado agrava as penas para crimes de lavagem de dinheiro. A tentativa de legalização de dinheiro obtido em crimes para financiamento do terrorismo e no tráfico ilícito de órgãos ou pessoas pode custar de



José Cruz

Iris Rezende presidiu a Comissão de Segurança, que apresentou vários projetos contra criminalidade

três a dez anos de cadeia e multa. Pela proposta, pessoas físicas e jurídicas que negociem bens de luxo ou grandes volumes de dinheiro serão obrigadas a cadastrar seus clientes.

O projeto cria ainda o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), com competência para escolher setores econômicos a serem monitorados, sempre que suspeitar que estão sendo utilizados para lavagem de dinheiro.

### DROGAS

Os senadores também aprovaram projeto que estabelece penas alternativas para crimes de pequena gravidade. Os condenados serão obrigados a frequentar cur-

sos profissionalizantes e cumprir outras atividades de reinserção social, pela mesma duração do tempo que seria fixado para a prisão. A matéria também prevê que penas de multas não pagas poderão ser convertidas em perdas de bens, que serão destinados ao Fundo Penitenciário Estadual.

Foi aprovado ainda projeto que institui nova política para combate às drogas e determina a adoção de medidas educativas para quem comprar, guardar ou transportá-las para consumo próprio, entre elas a prestação de serviços à comunidade, proibição de frequência a determinados locais e aceitação de tratamento.

O projeto inova ao determinar punição para quem financia tráfico de drogas, que passa a ser de oito a 20 anos de prisão. Os condenados por crimes relacionados às drogas só serão beneficiados com liberdade condicional depois de cumprirem dois terços da pena. Os reincidentes não terão direito ao benefício.

À exceção do projeto que trata do Sistema Nacional Antidrogas, os demais serão submetidos ainda a segundo turno de votação.

## Proposta beneficia policiais militares de Rondônia

Foi aprovado ontem pelo Senado, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição (PEC) que incorpora os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros de pessoal da União. Pelo texto, os policiais que estavam no exercício regular de suas funções na data em que o território foi transformado em estado passam a constituir quadro em extinção da administração federal.

A proposta determina que os servidores continuarão prestando serviços a Rondônia, na condição de cedidos, mas receberão seus salários do governo federal. Eles permanecerão submetidos às disposições legais e regulamentares a que está sujeita a Corporação Militar de Rondônia, observadas as atribuições de funções compatíveis com seu grau hierárquico.



José Cruz

Álvaro Dias, autor da proposta, quer dar respaldo à cobrança da taxa por municípios

## PEC que cria taxa de iluminação vai a Plenário

O Plenário encerrou ontem a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que permite ao Distrito Federal e aos municípios cobrar taxa de iluminação pública. A proposta, que será votada hoje, tramita em conjunto com texto apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).

O parecer da CCJ foi favorável à proposta de Álvaro Dias e pela prejudicialidade da iniciativa de Jucá. A PEC a ser votada dá respaldo legal à taxa de iluminação pública (TIP), instituída por alguns municípios. A cobrança foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por não se tratar de serviço público específico e divisível e, em certos casos, por ter ela a base de cálculo coincidente com a de impostos como o IPTU.

## COBRANÇA DA CPMF

# Senado aprova prorrogação sem noventena

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 31 de dezembro de 2004. O texto foi aprovado por 59 votos a favor e 11 contra. O presidente do Senado, Ramez Tebet, convocou três sessões deliberativas extraordinárias para o próximo dia 12, a partir das 10h, quando a PEC será discutida e votada em segundo e último turno.

Pelo texto aprovado, nos anos de 2002 e 2003, a alíquota da CPMF será de 0,38%, ficando a Saúde

com 0,20%; a Previdência, com 0,10%; e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com 0,08%. A partir de 2004, a CPMF cairá para 0,08%, destinando-se os recursos integralmente ao Fundo de Combate à Pobreza.

Após a aprovação da PEC, foi aprovada emenda apresentada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, eliminando do texto a exigência do transcurso de 90 dias entre a promul-



Emenda de Jucá elimina prazo de 90 dias para cobrança

gação e o reinício da cobrança da CPMF. A emenda foi acatada no entendimento de que, por se tratar de prorrogação, e não de criação, não haverá necessidade dessa noventena. Assim, levando-se em conta a aprovação da PEC no dia 12, poderá não haver interrupção na cobrança da contribuição, como o governo temia. Esperava-se que a CPMF deixasse de ser cobrada a partir do dia 18 de junho.

Roosevelt Pinheiro

## Melo: prazo da Constituição vale para tributo novo ou aumentado

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu a exclusão do prazo de 90 dias (noventena) para o início da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Ele argumentou que não existe preceito de natureza constitucional que impeça a retirada da noventena da



Melo defendeu a exclusão da noventena

proposta que prorroga a CPMF. Segundo o líder do PSDB, a anterioridade fiscal prevista na Constituição não se aplica à prorrogação da CPMF. Ele explicou que o texto constitucional proíbe cobrar tributo no mesmo exercício financeiro

em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou. "A CPMF não está sendo instituída ou aumentada, mas prorrogada", disse.

Outra norma que, na avaliação de Melo, não pode ser aplicada na exigência da noventena para a CPMF após sua prorrogação é a que se refere a contribuições para a seguridade social. Segundo ele, há exigência desse prazo apenas nas contribuições sociais do trabalhador, do empregador e das receitas arrecadadas sobre concursos de prognósticos.

Roosevelt Pinheiro

## Jefferson e Dutra contestam supressão do período de 90 dias

A proposta de supressão da noventena para a cobrança da CPMF causou indignação ao senador Jefferson Péres (PDT-AM). "Hoje nós vamos dar uma cusparada na pobreza, fazer uma zumbaiia (lisonja) à riqueza e afrontar a Constituição", protestou.

Jefferson classificou de "cusparada na pobreza" o adiamento, de junho de 2002 para janeiro de 2004, do início dos repasses de recursos de privatizações para o Fundo de Combate à Pobreza. A "zumbaiia à riqueza" seria a isenção da cobrança de CPMF nas operações das bolsas de valores. E a "afronta" à Constituição ocorreria com a dis-



Jefferson Péres vê afronta à Constituição

puta da noventena. Ele registrou seu voto favorável à matéria, mas sustentou não ser possível desrespeitar o prazo constitucional de 90 dias.

Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) contestou o argumento do senador Geraldo Melo, segundo o qual o único motivo para que a CPMF não seja cobrada de imediato é um artigo da própria PEC que propõe a prorrogação. Para Dutra, suprimindo-se ou não a referência ao artigo, a cobrança da CPMF terá de obedecer à noventena. Ele afirmou ter certeza de que a questão acabará sendo resolvida pelo Poder Judiciário.

Roosevelt Pinheiro

## Ornélas, Viana e Patrocínio apóiam com reservas

Ao encaminhar a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da CPMF, os senadores Waldeck Ornélas (PFL-BA), Tião Viana (PT-AC) e Carlos Patrocínio (PTB-TO) declararam posição favorável à medida. Embora admita que as "condições fiscais" do país exijam a manutenção do tributo, Waldeck Ornélas disse discordar da supressão da noventena, prazo de 90 dias exigido pela Constituição para que uma contribuição passe a ser cobrada.

— Registro aqui minha discordância radical sobre a mudança desse rito processual, e o faço em defesa da Constituição — afirmou o senador baiano. Ele também anunciou a decisão de apresentar Destaque para Votação em Separado (DVS) ao artigo 3º da PEC, que altera o artigo 81 do Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias. Pela alteração proposta, o repasse de recursos oriundos de privatizações ao Fundo de Combate à Pobreza não entraria em vigor no próximo dia 18, mas a partir de 1º de janeiro de 2004.

Tião Viana também expressou voto com reservas pela aprovação da prorrogação da CPMF. Sua crítica foi dirigida ao Ministério da Saúde, ao qual exigiu prestação de contas sobre a parcela de arrecadação do tributo repassada ao setor. Segundo informou, em recente remanejamento de verbas orçamentárias, o ministério reduziu em quase R\$ 1,8 bilhão os recursos previstos para saneamento e controle de endemias, enquan-



Tião Viana exige prestação de contas

a cobrança da CPMF em operações financeiras relativas aos negócios feitos em bolsas de valores. Ele argumentou que, se isentasse o mercado de valores mobiliários do pagamento da CPMF, o Senado estaria aplicando o princípio de que, no Brasil, "todos são iguais, mas alguns são mais iguais que outros".

O Plenário decidiu, contudo, que, 30 dias depois da promulgação da emenda constitucional, as contas correntes utilizadas especialmente para operações em bolsas de valores não pagarão o tributo. Isso significa que quem comprar e vender ações não vai pagar CPMF.

Roosevelt Pinheiro

to aumentou em quase R\$ 2 bilhões os gastos com assistência médico-hospitalar. "Está se gastando mais com a doença do que com a prevenção", protestou.

Apesar de discordar da cobrança da CPMF, Carlos Patrocínio orientou a bancada do PTB a votar pela sua prorrogação.

"Gostaria de votar contra, mas não podemos ter a irresponsabilidade de vetar um tributo que já está arraigado na tradição arrecadatória e incluído no Orçamento", explicou. Patrocínio apelou ao próximo governo, no entanto, para que promova uma discussão séria em torno da reforma tributária, em vez de continuar reeditando a CPMF.

## Senadores criticam uso de recursos para fechar contas

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) acusou o governo de desvirtuar os objetivos que nortearam a implantação, em 1996, da CPMF, por inspiração do ex-ministro Adib Jatene — levar recursos para o setor de saúde.

— Ele (Jatene) foi traído, porque os recursos acabaram sendo desviados, paulatinamente, para fechar as contas do governo, cumprindo exigências do FMI — disse o senador ao anunciar seu voto contrário à prorrogação.

Também contrário à proposta,



Para Valadares, ex-ministro Jatene foi traído

Roosevelt Pinheiro

o senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a meta de superávit primário de R\$ 45,7 bilhões em 2002. Ele avalia que esse montante deixará de ser gasto com as necessidades do povo para ser usado no serviço da dívida, engordando os cofres dos banqueiros.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) defendeu a transformação da CPMF em imposto único — com alíquota de 1,7% —, que poderia substituir 50 impostos e taxas cobrados hoje. Para o senador

Fernando Ribeiro (PMDB-PA), é incoerência do governo ser tão exigente com a imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal a estados e municípios, enquanto continua contando com os recursos da CPMF para fechar suas contas, a despeito de a prorrogação sequer estar assegurada.

Para o senador José Alencar (PL-MG), a CPMF é uma excrescência tributária que onera as atividades produtivas. Ele disse que o tributo poderia ser menos danoso se destinasse parte de sua arrecadação a estados e municípios, conforme emenda do senador Francelino Pereira (PFL-MG).



## COBRANÇA DA CPMF

## Suplicy reconhece necessidade orçamentária

Ao encaminhar pela bancada do Bloco Oposição e do Partido dos Trabalhadores o voto favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) justificou que o tributo é uma necessidade orçamentária para o período de 2002 a 2004.



Suplicy defende alíquota menor para tributo

— Mesmo votando a favor, nossa posição é de que a CPMF deveria ter uma alíquota menor, como a que estará vigorando no terceiro ano, ou seja, 0,08%, com os recursos destinados ao Fundo de Combate à Pobreza. A CPMF também tem o propósito de servir como importante instrumento para a Receita Federal averiguar se as pessoas físicas ou jurídicas estão ou não sonogando o pagamento dos impostos devidos — afirmou Suplicy.

Ele anunciou posição favorável ao pedido para votação de destaque, apresentado por José Eduardo Dutra (PT-SE), do item referente à isenção das operações realizadas nas bolsas de valores. Explicou que a isenção representaria falta de isonomia com as pequenas empresas, que pagam a CPMF quando precisam levantar recursos junto ao sistema tradicional de crédito.

## Maguito e Valadares anunciam voto contrário

Após avisar que não discutiria filigranas jurídicas, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) declarou ontem que não vota “de forma nenhuma favoravelmente à prorrogação da CPMF e nada mais relativo a criação de impostos”. Para ele, o correto seria fazer uma reforma tributária de verdade.



Maguito rejeita criação de impostos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que seu partido tem votado favoravelmente a tudo que resulte em benefício para o país. Indignado, ele protestou contra anúncio do governo de que teria feito acordo com a oposição para aprovar a CPMF. “Não é verdade. Essa é mais uma tentativa do governo de enganar a população, é o resultado da sua incompetência. Teve dois mandatos para apresentar uma proposta convincente de reforma tributária e não o fez”, afirmou.

Valadares assinalou ainda que o governo prometeu liberar recursos orçamentários de emendas parlamentares em troca da aprovação da CPMF. “Infeliz povo brasileiro. O Orçamento está sendo usado como moeda de troca”, completou.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), por sua vez, manifestou-se sobre a intenção do governo de suprimir do texto da PEC o prazo de 90 dias para retomar a cobrança da CPMF — a noventena. Segundo ela, o PSDB estrategicamente levou o debate em torno da noventena para o Plenário, evitando discuti-la na Comissão de Assuntos Econômicos. “Isso foi parte de um estratégia para fraudar a Constituição. A PEC traz algo novo e se configura como um novo imposto. Por isso, deveria obedecer a noventena”, argumentou a senadora.

— Se levarmos em consideração a carga atual de impostos, as estradas que o Brasil tem, os miseráveis e famintos que tem, tenho vergonha de votar essa CPMF. Estou convivendo com milhares de crianças abandonadas. Não tenho coragem cívica de votar a prorrogação da CPMF — explicou.

## Denúncia de interferência do governo gera polêmica

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) rebateu a denúncia feita em Plenário pelo senador Antonio Carlos Valadares de que o governo federal estaria usando o poder de liberar verbas para interferir na apreciação da proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF. O líder do governo se disse magoado com a acusação e garantiu que em nenhum momento realizou qualquer ato nesse sentido.

A primeira intervenção de Távola para tratar do assunto foi ao final da votação da PEC. Ele foi interrompido pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, que assegurou a palavra ao líder do governo e também a Valadares ao final da ordem do dia. Quando retomou seu pronunciamento, Távola se penitenciou pelo tom de voz elevado, mas ratificou os termos de sua fala, negando que o governo tenha se utilizado de atitudes escusas para garantir a apro-

vação da matéria.

## VALADARES

Em resposta a Távola, Antonio Carlos Valadares reafirmou o que havia dito sobre o governo estar utilizando recursos orçamentários destinados às emendas dos parlamentares como moeda de troca para aprovar a CPMF. “Sou testemunha da liberação de emendas individuais”, afirmou, ressaltando que Artur da Távola jamais se utilizou desses meios na liderança.

Valadares lembrou o episódio em que o então presidente da Câmara dos Deputados Luís Eduardo Magalhães telefonou a um ministro do governo Fernando Henrique e disse-lhe que não agia daquela forma, pressionando deputados para aprovar matérias de interesse do governo. “A imprensa divulgou ação do governo contingenciando recursos



Távola nega ação escusa do governo

e ameaçando retirar verbas de emendas individuais aprovadas no Orçamento. Minha argumentação pode ser contundente, mas não falta ao respeito. Reafirmo o que disse e não retiro nenhuma palavra”, concluiu.

## ADEMIR

O senador Ademir Andrade apoiou as críticas de Valadares à interferência do governo no processo de votação de matérias de seu interesse no Congresso. “Ao longo de oito anos de mandato como senador, reafirmo como verdade inegável, que não pode ser contestada, a interferência do governo nas votações”, declarou, considerando “lastimável” o fato de alguns senadores terem retirado o apoio a emendas de Valadares que contrariavam o governo.

## Requião: “Crise representa um alerta para o Senado”

Por julgar que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é recessiva, discriminatória com os mais pobres e não tem justificativa para continuar a vigorar, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou seu voto contrário à prorrogação do tributo. Ele acrescentou que a crise que o Brasil vem enfrentando hoje representa “um grito” contra a CPMF e um alerta para o Senado.



Requião adverte sobre desemprego

O senador pelo Paraná informou que a CPMF retira da economia brasileira R\$ 1,6 bilhão a cada 30 dias. Na sua avaliação, não serão políticas compensatórias “duvidosamente administradas às vésperas das eleições” que farão o Brasil retomar o crescimento e o desenvolvimento econômico. Requião salien-

tou que a taxa de desemprego na Grande São Paulo, superior a 21%, “é maior que os 18,5% de desemprego que prenunciaram a quebra da Argentina”.

— Estive na Argentina recentemente e vi o rancor do povo em relação à classe política, a agressão que sofrem parlamentares e juizes quando desavisadamente freqüentam restaurantes e são flagrados pela população. Os comensais tomam talheres e batem nos copos e pratos até que se retirem. Parece que o desespero do povo, a pobreza e o desemprego não refletem no Congresso Nacional argentino, como parecem não refletir no Congresso Nacional brasileiro, ante essa insistência de cobrar mais um imposto — afirmou Requião.

## Tebet espera votação final para decidir sobre noventena

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que será dele próprio a decisão sobre se a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da CPMF terá que retornar à Câmara dos Deputados, caso seja aprovada emenda retirando a noventena (prazo de 90 dias para o imposto entrar em vigor). Tebet salientou, no entanto, que pretende esperar para decidir. “Não há motivo para precipitação”, disse.

— É competência minha decidir sobre isso. Tenho que cumprir o Regimento, não vou fugir da minha obrigação. Mas não sei como o Senado vai decidir agora (na votação do primeiro turno da matéria), nem no segundo turno. Não sei como a PEC vai chegar no fim, pode ter outras modificações, tem senador que quer apresentar outras mudanças. Não quero correr o risco de errar, no momento oportuno vou dizer o que decidi — declarou o presidente do Senado.

Sobre nota técnica divulgada



Tebet: “Tenho que cumprir o Regimento”

pela Câmara dos Deputados, segundo a qual não há necessidade de a PEC voltar àquela Casa se for retirada do texto a exigência de 90 dias para o reinício da cobrança, Tebet considerou-a uma colaboração, um ponto de vista do presidente da Câmara, Aécio Neves. “Mas a decisão é do Senado, mais precisamente do presidente, e, em última análise, do próprio Plenário”, afirmou.

O presidente do Senado lembrou que, se o calendário de votação da PEC que prorroga a cobrança da CPMF for respeitado, o resultado final — a votação em segundo turno — será conhecido no dia 12.

## COLIGAÇÃO

Sobre a coligação entre o PMDB e o PSDB para a Presidência da República, Ramez Tebet cobrou maior atuação do PSDB nos estados. Mas a decisão sobre a coligação, conforme disse, está “na mão dos dois partidos”. “Coligação é união, depende dos dois”, ponderou o senador.

HOMENAGEM À VALE DO RIO DOCE

# Luiz Otávio vê exemplo de fé no destino do país

Ao homenagear a Companhia Vale do Rio Doce pelos seus 60 anos de existência, completados no dia 1º, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) destacou ontem que a contribuição da empresa não se limita ao campo do desenvolvimento econômico, mas abrange um exemplo de fé no futuro do Brasil. Ele também falou sobre o compromisso social da Vale.

— Sintonzada com o tempo presente, a Vale do Rio Doce sabe perfeitamente que sua prosperidade é indissociável da melhoria das con-

dições de vida nas comunidades onde está inserida. Não menos importante é o seu comprometimento com o conceito de desenvolvimento sustentável, embasado no princípio de que a preservação do equilíbrio do ambiente é componente fundamental da qualidade dos seus produtos e serviços — afirmou.

Autor do requerimento propondo que o tempo destinado aos oradores da hora do expediente da sessão de ontem fosse reservado para homenagear os 60 anos da Vale do

Rio Doce, Luiz Otávio também lembrou que a empresa é a maior companhia de mineração diversificada das Américas.

Ele informou que a Vale ocupa, em nível mundial, a posição de maior exportadora de minério de ferro e pelotas, de segunda maior produtora de manganês e terceira maior produtora de ferros-liga de manganês. Ainda segundo o senador, a Vale é a maior exportadora de alumínio, produzindo também alumina, bauxita, caulim,

ouro e potássio. Suas reservas de minério de ferro são suficientes para os próximos dois séculos e meio. Somente no ano passado, as exportações do conglomerado chegaram a US\$ 3,3 bilhões, acrescentou Luiz Otávio.

Luiz Otávio também analisou a importância da Vale do Rio Doce para o Pará. “Nas últimas três décadas, a empresa vem desenvolvendo uma série de projetos no estado que têm revolucionado as bases da economia local”, completou.



Luiz Otávio salienta a importância econômica e o compromisso social da Vale

Célio Azevedo

## Santos destaca exportações de US\$ 3,3 bilhões

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) ressaltou que a Companhia Vale do Rio Doce é a empresa que mais contribui para a balança de pagamentos brasileira, tendo exportado US\$ 3,3 bilhões no ano passado. Na homenagem aos 60 anos de criação da empresa, ontem, o representante capixaba acrescentou que ela tem mais de 21 mil empregados e clientes em mais de 30 países.

Ricardo Santos destacou que a Vale foi criada por Getúlio Vargas para atender a um acordo com a Inglaterra e os Estados Unidos, pelo qual o Brasil se comprometeu a constituir uma empresa produtora e exportadora de minério de ferro. Em 1952, com dez anos de atividade, a empresa já atingia a marca de 1,5 milhão de toneladas exportadas.

A partir do ano seguinte, de acordo com o senador, a Vale buscou a diversificação de mercados, e os Estados Unidos passaram a perder terreno para o Japão e países do Leste Europeu. Ao mesmo tempo, informou, a empresa diversificou sua atuação no mercado interno, tornando-se acionista da Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Siderúrgica Paulista e Ferro e Aço de Vitória.

Ricardo Santos ressaltou o progresso da empresa na gestão de Eliezer Batista, que acumulou a presidência da Vale com o comando do Ministério de Minas e Energia, entre 1960 e 1964. Também destacou a construção do Porto de Tubarão, em Vitória (ES), em 1966 — à época, o maior e mais moderno atracadouro para embarque de granéis sólidos.

Ricardo Santos ainda parabenizou a atual direção da companhia, na pessoa de seu diretor-executivo e presidente em exercício, Antonio Marques.



Ricardo Santos registra a história da Vale

José Cruz

## Para José Alencar, empresa é parte do Brasil que dá certo

“Um retrato com nitidez do Brasil que dá certo.” Com essa frase, o senador José Alencar (PL-MG) resumiu suas impressões sobre os 60 anos da Companhia Vale do Rio Doce, celebrados na sessão de ontem. Apesar de a empresa só ter sido criada pelo presidente Getúlio Vargas em 1942, Alencar observou que o Congresso Nacional já debatia, sete anos antes, o monopólio brasileiro sobre a exploração das jazidas de minério de ferro.

O senador mineiro recordou trechos de discursos do ex-presidente Arthur Bernardes que, em 1937, na condição de deputado federal, já alertava para a concessão “perigosa e gratuita” da exploração dessas reservas a estrangeiros. Para Bernardes, deveria ser reservada ao país a indústria de extração, transporte e comércio do minério de ferro, capaz de fomentar a economia nacional e levar à criação da indústria siderúrgica nacional.

— Nessa época, a Vale do Rio Doce não passava de esboço dos anseios populares — comentou Alencar. A idéia de criar a companhia começou a tomar forma em março de 1942, conforme disse, quando o Brasil, a Inglaterra e os Estados Unidos firmaram os Acordos de Washington, base para implantação de uma empresa nacional produtora e exportadora desse minério.

Desde o início das operações, na esfera estatal, até o repasse do controle para a iniciativa privada, a Vale do Rio Doce é, na opinião de Alencar, “uma ligação viva entre um passado de perspectivas promissoras e um futuro de conquistas sociais e econômicas fecundas, nascidas do aproveitamento inteligente dos recursos naturais de nosso território”.



Alencar recorda trechos de discursos de Arthur Bernardes

## Futuro guarda papel importante para a Vale, diz Hartung

O grande desafio da Companhia Vale do Rio Doce para os próximos anos é continuar contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, afirmou o senador Paulo Hartung (PSB-ES) durante as homenagens à empresa, ontem. Ele observou que a companhia emprega cerca de 20 mil pessoas, além dos postos de trabalho gerados pelas prestadoras de serviços.

Hartung também salientou a importância da Vale para a economia do Espírito Santo, estado beneficiado pela construção do Porto de Tubarão, projetado pelo governo federal e pela companhia para modernizar o escoamento do minério de ferro e derivados oriundos do estado de Minas Gerais. Assinalou ainda que a expansão para o Norte do país, com o Projeto Carajás (PA), iniciou na região o processo de inclusão das comunidades locais na economia nacional. Ele lembrou que, quando era prefeito de Vitória (ES), visitou o Projeto Carajás e ficou impressionado com a mina a céu aberto, por suas dimensões e pela potencialidade de produção.

— A atitude do Senado Federal ao promover uma homenagem à Vale do Rio Doce é muito positiva, pois o futuro guarda um importante papel para a companhia, na medida em que, quando ainda era estatal, induziu o desenvolvimento e ajudou as comunidades a encontrarem novas possibilidades de crescimento econômico e, conseqüentemente, de geração de renda — frisou.

Paulo Hartung saudou o presidente da Vale, Antonio Miguel Marques, diretores, técnicos e profissionais da companhia que estiveram no Plenário em razão da homenagem que os senadores prestaram à empresa.



Hartung: Vale emprega cerca de 20 mil pessoas

Célio Azevedo

## Emilia elogia trajetória, mas critica privatização

Em seu discurso de homenagem aos 60 anos da Vale do Rio Doce, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que a empresa não deveria ter sido privatizada, por ser estratégica para o desenvolvimento nacional e, na verdade, muito mais do que uma simples empresa de mineração — tem a mais extensa malha ferroviária do Brasil, com 15 mil quilômetros de linhas, e grandes investimentos na geração de energia elétrica.

A senadora lembrou também as denúncias de corrupção no processo de privatização da Vale do Rio Doce e exigiu a apuração das versões que indicam uma cobrança de propina de R\$ 15 milhões por parte do ex-diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira, ao empresário Benjamin Steinbruch, presidente do conselho de administração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Apesar da lembrança das denúncias e de exigir a apuração dos fatos, Emilia disse que a Companhia Vale do Rio Doce continua em sua trajetória de sucesso, tendo consolidado sua posição como maior companhia de mineração diversificada das Américas e maior grupo exportador do Brasil. Deve ainda a Vale tornar-se brevemente a maior produtora mundial de cobre e umas das três maiores fornecedoras de bauxita, alumina e alumínio.

Emilia Fernandes fez também um histórico da empresa, desde a fundação, em 1942, pelo presidente Getúlio Vargas, que aproveitou a situação internacional, com a Europa semidestruída e uma grande necessidade de insumos e matérias-primas no mercado mundial.



Emilia Fernandes cobra apuração de denúncias

Célio Azevedo



## HOMENAGEM À VALE DO RIO DOCE

## Dutra explica atuação de deputado petista

Ao homenagear a Companhia Vale do Rio Doce pelos seus 60 anos de existência, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) — que é funcionário licenciado da empresa — refutou notícia veiculada pela imprensa de que o deputado federal



Dutra: Vale atua como agência de desenvolvimento

Aloizio Mercadante (PT-SP) teria atuado para influenciar na formação do consórcio vencedor do leilão da Vale, contrariando a posição do Partido dos Trabalhadores, pela não-privatização.

Aloizio Mercadante, na condição de assessor do Sindicato dos Bancários, teria recomendado que a melhor opção seria o alinhamento com o consórcio que terminou sendo o vencedor, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Dutra explicou que essa avaliação somente foi feita quando a privatização da Vale do Rio Doce se tornou inevitável. O senador lembrou a luta travada por seu partido contra a venda da companhia.

— Alguns estão tentando dizer que havia divergência de opiniões ou interesses escusos por trás de manifestações de Mercadante. Chegaram a dizer que, enquanto o PT lutava contra a privatização, ele atuava para influenciar na formação do consórcio. Os que se propõem a jogar a culpa sobre ele por ação indevida me incluem também no banco dos réus, pois, no dia seguinte à privatização, quando me perguntaram a respeito do resultado do leilão, eu disse que pelo menos tinha sido vitorioso o consórcio que continuaria representando os interesses do Brasil — afirmou Dutra.

O senador destacou que o importante agora é que a empresa atue com o objetivo de ampliar sua participação no mercado e expandir seus negócios. Ele registrou a importância da Vale do Rio Doce para o país, não apenas como uma simples empresa, mas por seu papel como agência de desenvolvimento, com atuação em diversos estados.

Dutra também lembrou a chegada da Vale em Sergipe, quando muitas pessoas duvidavam que a empresa pudesse obter lucro no estado. “Sempre acreditei no empreendimento, desde que viesse a ser desenvolvido com competência técnica”, registrou, completando que, hoje, passados dez anos, o tempo comprovou que estavam certos os que apostavam no sucesso da iniciativa. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) também homenageou os 60 anos da Vale e ressaltou a importância de os dirigentes da empresa trabalharem no sentido de que as riquezas acumuladas possam beneficiar a população.

## Patrocínio resalta papel de Getúlio Vargas

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) lembrou a influência do fundador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Getúlio Vargas, no processo de industrialização do Brasil a partir de 1940. Segundo ele, em maio de 1940, Vargas informou ao



Carlos Patrocínio lembra compromisso com meio ambiente

Departamento de Estado norte-americano que a empresa alemã Krupp estava disposta a construir uma usina de aço no Brasil. Na época, a Alemanha de Hitler já provocara o início da Segunda Guerra Mundial.

— A estratégia de Getúlio resultou na oferta de um empréstimo de US\$ 20 milhões, pelo Eximbank. Com esse empréstimo, foi iniciada a construção da usina de Volta Redonda, criando-se assim a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A partir de 1942, as relações entre os presidentes Vargas e Roosevelt se tornaram mais amistosas e aumentaram os empréstimos do Eximbank. O governo federal ampliou os investimentos estatais em infra-estrutura. Em consequência, nasceu a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Estava garantido o controle da matéria-prima para a indústria pesada brasileira que surgia — lembrou o senador.

Patrocínio ressaltou o trabalho da CVRD na Amazônia, especialmente na área de Carajás, onde, além da extração de minério de ferro, implantou grandes projetos agropecuários e madeireiros e a estrada de ferro Carajás, que leva o minério extraído até São Luís do Maranhão. “Superando, porém, os princípios econômicos de produção e lucro, destaca-se o compromisso da Vale com o conceito ecológico de desenvolvimento sustentável. Por isso, a Vale se constituiu na principal parceira privada do Ibama”, frisou.

## Tebet aplaude investimento em projetos sociais

O presidente do Senado, Ramez Tebet, associou-se às manifestações dos senadores relativas à passagem do 60º aniversário da Companhia Vale do Rio Doce. A hora destinada aos discursos na sessão de ontem foi dedicada a homenagear a empresa, que, para o senador, constitui patrimônio nacional. Lembrando que a Vale atua em todo o país, Tebet destacou que Mato Grosso do Sul deve muito à

## Lobão aponta estímulo para novas estatais

O sucesso da Companhia Vale do Rio Doce serviu de exemplo e estímulo para a criação de novas estatais no país a partir de 1964, afirmou o senador Edison Lobão (PFL-MA).

— Graças à sua presença em questões de interesse nacional, a Vale foi responsável pela criação de várias empresas — declarou, apontando os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Maranhão como grandes beneficiários de suas ações. O senador petista também creditou à Vale importante participação na construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, “sem a qual o país teria parado suas atividades” durante a recente crise energética.

Outro momento de destaque na história da Companhia Vale do Rio Doce, ressaltado por Edison Lobão, foi o empréstimo de US\$ 200 milhões, avalizado pela União, para a empresa investir em minas de ouro no país. Testemunha do negócio firmado no governo do ex-presidente José Sarney, Lobão, que exercia mandato de senador em 1986, afirmou que a Vale soube aplicar os recursos e obter rendimentos.



Ramez Tebet destaca o trabalho da Fundação Vale do Rio Doce

empresa, não apenas no aspecto econômico, mas também por sua ação social.

O senador saudou especialmente a existência da Fundação Vale do Rio Doce, que desde 1968 atua em projetos sociais, principalmente no setor educacional.

— Assim a Vale dá sua parcela de contribuição em um setor que é o verdadeiro caminho para o país se desenvolver e que necessita de investimentos — disse.

Romero Jucá: TCU fiscalizou 304 obras no trimestre



## Atividade do TCU cresce 54%, destaca Jucá

O Tribunal de Contas da União (TCU) vem desenvolvendo com todo o rigor as ações de controle externo, graças a uma eficiente transformação gerencial e a melhorias em todas as áreas, principalmente no setor de informática, e à racionalização do sistema de fiscalização, disse o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Segundo Jucá, essa conclusão fica evidenciada com a leitura do Relatório de Atividades do 3º trimestre de 2001 do TCU. Nesse período, informou, o tribunal conseguiu fiscalizar 304 obras públicas, representando um montante de R\$ 7,5 bilhões. O trabalho, de acordo com o senador, foi 54% maior do que o realizado no ano de 2000.

— O relatório revela que o TCU tem mostrado grande interesse em avaliar também programas do governo federal, com a realização de auditorias operacionais e de desempenho em diversas áreas, como agricultura, educação, assistência social e saúde, que reúnem programas considerados de grande importância nas diretrizes do Plano Plurianual de combate à pobreza e que têm planilha de funcionamento até 2003 — acrescentou.

Jucá informou, com base no relatório, que o TCU realizou, em 2001, 522 audiências referentes a irregularidades em processos de contas. No mesmo ano, foram expedidas 1.117 notificações, exigindo dos condenados por irregularidades na prestação de suas contas o devido recolhimento de obrigações junto ao tribunal.

O senador destacou também a atuação do TCU em todas as etapas do processo de privatização. A fiscalização, observou, tem início com o conhecimento da empresa e abrange a avaliação de sua capacidade patrimonial, a análise da fixação do preço mínimo de venda e o acompanhamento do cumprimento dos compromissos assumidos pelo comprador.

— Essa atuação do TCU tem sido extremamente benéfica para o país. Graças à intervenção do tribunal, foi possível corrigir vários erros de avaliação econômico-financeira que resultaram em retornos da ordem de bilhões de reais aos cofres públicos — registrou Jucá.



# Dívida pública deve cair no próximo ano, diz secretário

Eduardo Guardia afirma que manutenção da política de geração de superávits primários deve garantir queda na relação dívida/PIB

O secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, afirmou ontem, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, que no próximo ano começará a cair a relação entre a dívida pública interna federal e o Produto Interno Bruto (PIB), considerado um importante indicador da capacidade econômico-financeira de um país. No momento, a dívida mobiliária bruta equivale a 54,5% do PIB, ou seja, R\$ 680 bilhões.

A dívida pública vem crescendo desde 1996. Eduardo Guardia foi questionado sobre isso, inclusive sobre notícias de que o governo vem encontrando dificuldades para rolar alguns tipos de papéis da dívida pública. “Não estamos enfrentando dificuldades para rolagem da dívida”, garantiu. O secretário ponderou que R\$ 337 bilhões da dívida federal são oriundos da renegociação das dívidas estaduais e municipais.

Ele observou que a relação dívida/PIB só começará a cair caso o governo federal mantenha sua política de gerar superávits primários nas contas públicas (fora gastos com juros) superiores a 3,5% do PIB. Para este ano, o governo federal trabalha com um superávit primário de R\$ 36,7 bilhões. Indagado sobre o tempo em que o governo ainda manterá juros reais na faixa de 12% ao ano para seus títulos, o secretário do Tesouro observou que tudo depende da confiança do mercado na

política fiscal do governo. “A Itália apresentou superávits primários de 6% ao ano por dez anos para então reduzir os juros”, disse.

Durante três horas, Guardia explicou aos deputados e senadores como o governo cumpriu as metas fiscais programadas para os primeiros quatro meses do ano, atendendo uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele informou que no primeiro quadrimestre houve um superávit primário do governo federal de R\$ 14 bilhões, o que é R\$ 1 bilhão inferior às expectativas iniciais da equipe econômica.

No quadrimestre, as receitas do Tesouro Nacional ficaram em R\$ 83,3 bilhões, exatamente 1,2% a menos que o previsto. Ele atribuiu a queda a um desaquecimento na importação e no faturamento das empresas, o que gerou menor arrecadação de Imposto de Importação e de Imposto sobre Produ-

tos Industrializados. O gasto com pessoal foi 1,3% acima do previsto e, no final, o superávit nas contas públicas ficou em R\$ 14 bilhões porque houve queda de 13,2% nas despesas de custeio e capital.

Os parlamentares criticaram o bloqueio de verbas de R\$ 5,3 bilhões anunciado pelo governo há duas semanas, sob o argumento de que a arrecadação de CPMF poderia cair neste mesmo valor. Indagado sobre a possibilidade de se rever o bloqueio, pois o Senado deverá aprovar em segundo turno a prorrogação da CPMF sem a noventena, Eduardo Guardia lembrou que o Tesouro vem enfrentando outras quedas de arrecadação e o assunto terá de ser discutido pela equipe econômica.

Ele ponderou que talvez não seja necessário aumentar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o que ocorreria caso fosse suspensa a CPMF.

Atendendo  
legislação,  
Eduardo Guardia  
prestou  
depoimento na  
Comissão Mista de  
Orçamento



Fotos: Márcia Kolumbe



Indicação de Newton Reis Monteiro foi aprovada pela Comissão de Infra-Estrutura

## Diretor da ANP quer criação de empresa independente

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem o nome do engenheiro Newton Reis Monteiro para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O técnico, que trabalha há 38 anos na Petrobras, defendeu a criação da pequena e média empresa brasileira de petróleo. Ele avalia que há condições para o surgimento de uma indústria independente no Brasil, a partir de cerca de 200 campos de petróleo de atividade econômica marginal, que estão sob o controle da própria ANP e da Petrobras.

— As companhias independentes nos EUA geram cerca de 300 mil empregos e produzem mais de 700 mil barris/dia, em sua maioria de campos maduros economicamente marginais — disse ele, citando artigo do diretor-geral da ANP, Sebastião do Rego Barros.

As empresas independentes de petróleo, esclareceu, ocupam o espaço deixado pelas grandes empresas internacionais que, em função da sua escala, não têm interesse de produzir em campos que não atinjam patamares mínimos de lucro e rentabilidade.

Para o presidente da CI, senador Alberto Silva (PMDB-PI), “trata-se de uma completa novidade” a informação de que, no Brasil, cada poço poderia produzir cer-

ca de 30 barris/dia, “10 vezes mais do que produzem os poços marginais nos Estados Unidos”, como assegurou Monteiro.

De acordo com o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) haverá boa vontade do Congresso para alterar a legislação, adequando-a à implantação das pequenas empresas independentes. No entanto, ele criticou a ausência de planejamento para longo prazo na produção petrolífera nacional.

— A ANP deverá realizar brevemente a licitação das últimas 50 áreas disponíveis para exploração e produção de petróleo, sem que a Comissão de Política Energética tenha se pronunciado a esse respeito — advertiu o senador.

Saturnino também recomendou a participação da indústria nacional na implantação de três plataformas marítimas, conforme edital publicado pela Petrobras. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) também ressaltou a importância da empresa utilizar a indústria naval brasileira que, segundo ele, encontra-se “praticamente ociosa”.

Monteiro disse que a exploração de poços maduros criaria cerca de 6,4 mil empregos. Para ele, é prioritário promover o desenvolvimento racional das reservas brasileiras, calculadas em cerca de 12,5 bilhões de barris de petróleo.

## Congresso elege hoje integrantes do Conselho de Comunicação Social

O Congresso Nacional elege hoje, às 14h30, os integrantes do Conselho Nacional de Comunicação Social. A eleição atende ao acordo feito entre a base governista e a bancada oposicionista, que condicionou a aprovação da emenda constitucional que permite o ingresso de capital estrangeiro na mídia à implantação do órgão. A emenda foi promulgada no dia 28 de maio pela Mesa do Congresso na sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados.

Criado pela Constituição federal de 1988 e regulamentado em

1991, o conselho — formado por 13 titulares e seus respectivos suplentes — funcionará como órgão consultivo e auxiliar nas definições do Legislativo para o setor de comunicação do país.

O órgão deverá ser chamado a manifestar-se sobre temas relacionados com a liberdade de expressão, os modelos de controle dos meios de comunicação, o conteúdo das programações da mídia e também sobre a legislação referente à propriedade dos canais de rádio e televisão. Caberá ainda ao conselho acompanhar o cumprimento das finalidades educativas,

artísticas e culturais das programações dos veículos de comunicação e posicionar-se quanto a outras questões, como a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social.

Também está em pauta, no Congresso Nacional, a medida provisória que dispõe sobre a reestruturação da carreira de Auditoria do Tesouro Nacional e organização das carreiras de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

## Protocolo em defesa das mulheres vai a votação

O Plenário aprecia hoje o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, sigla em inglês). O documento, já ratificado por 39 países, foi assinado pelo governo brasileiro em março de 2001 na sede das Nações Unidas, em Nova York, e enviado ao Congresso em abril daquele ano. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS), relatora da matéria, apresentou parecer favorável à aprovação.

O texto do Estatuto de Roma do

Tribunal Penal Internacional, aprovado em 1998 e assinado pelo Brasil em 2000, será igualmente examinado pelo Plenário.

Também constam na pauta da Ordem do Dia mensagens da Presidência da República indicando Ricardo Oliva e Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Três autorizações para que associações executem serviços de radiodifusão comunitária devem, ainda, ser votadas pelo Plenário.





Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer do senador Jonas Pinheiro que autoriza empréstimo junto à Corporação Andina de Fomento

## Autorização de empréstimo para Rondônia passa na CAE

O governo do estado de Rondônia foi autorizado ontem a realizar empréstimo com garantia da União no valor de US\$ 35 milhões junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), conforme decisão tomada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto de resolução, proposto no parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), determina que os recursos da operação de crédito externo serão aplicados no financiamento parcial do Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária de Rondônia. A matéria seguirá para exame do Plenário em regime de urgência.

A comissão decidiu rejeitar emenda proposta pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), que pretendia obrigar o estado a prestar contas, a cada seis meses, sobre a aplicação dos recursos contratados. Vários senadores, entre eles José Agripino (PFL-RN), José Fogaça (PPS-RS) e Jefferson Péres (PDT-AM), entenderam que a medida seria discriminatória, já que essa prestação de contas não é cobrada dos demais estados.

Fogaça explicou que a Resolução nº 43, do Senado, obriga os

estados a prestar contas das aplicações dos recursos oriundos das operações de crédito externo ao Ministério da Fazenda e não ao Senado. Ele considerou a proposta de Amir Lando correta, mas avaliou que teria de ser adotada para todos os estados e não apenas para Rondônia.

### ENDIVIDAMENTO

Os senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Romero Jucá (PSDB-RR) defenderam a aprovação integral do parecer de Jonas Pinheiro. Embora também favorável ao parecer, Arlindo Porto (PTB-MG) alertou para a situação de crescente endividamento dos estados, em particular de Minas Gerais. Segundo ele, Minas já compromete 72% da sua arrecadação com a folha de pagamento do funcionalismo. O senador Lauro Campos (PDT-DF) também fez um alerta contra o endividamento externo.

Presente à reunião da CAE, o governador de Rondônia, José Bianco (PFL), justificou o pedido de empréstimo diante da escassez de recursos do estado, mas destacou o enorme esforço de sua administração no saneamento das contas públicas estaduais.

## Tebet deve agilizar MP que reduz tributo de cooperativa

Ao receber o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas, ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, comprometeu-se a agilizar a votação, pelo Congresso Nacional, de medida provisória (MP) que isenta as cooperativas do pagamento do PIS e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Tebet poderá colocar a MP na pauta da reunião de hoje, segundo informou Osmar Dias (PDT-PR), que acompanhou a audiência.

O senador paranaense defendeu a aprovação da MP com a emenda apresentada pelo depu-

tado Euler Morais (PMDB-GO), que restringe a isenção dos tributos às cooperativas sob autogestão e filiadas a uma central, visando impedir a constituição de cooperativas "de fachada" apenas para obtenção do benefício fiscal.

Osmar Dias ressaltou a importância da MP para o futuro do cooperativismo no Brasil, enfatizando que "as cooperativas precisam dessa isenção para concorrer num mercado competitivo, onde a sonegação é muito alta". Arlindo Porto (PTB-MG) também compareceu ao gabinete da Presidência para demonstrar apoio à reivindicação das cooperativas.

# Fundo de Desenvolvimento Científico terá novas regras

Comissão de Assuntos Econômicos aprova mudanças na forma de divisão dos recursos e define integrantes do Conselho Diretor

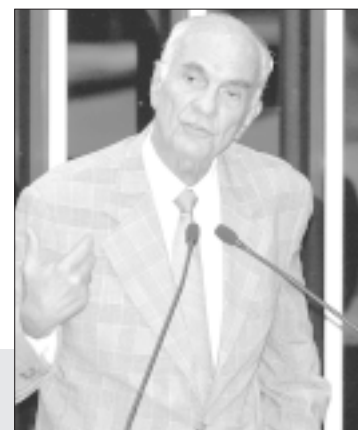
O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que movimentará cerca de R\$ 755 milhões neste ano, deverá ser regido por novas regras no rateio dos seus recursos e na sua administração. Isso é o que prevê proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em turno suplementar e em caráter terminativo. O substitutivo aprovado, de Waldeck Ornélas (PFL-BA), "contribuiu para o aperfeiçoamento da proposta original", segundo o entendimento do autor do projeto, Roberto Saturnino (PT-RJ).

De acordo com o texto aprovado, no mínimo 60% dos recursos do FNDCT serão destinados para apoio a projetos executados por universidades, centros de pesquisa e entidades sem fins lucrativos; no máximo 30% para apoio a projetos cooperativos, a serem executados por empresas, universidades, centros de pesquisa e entidades sem fins lucrativos; e no máximo 20% para projetos de transferência de tecnologia e para desenvolvimento tecnológico de empresas brasileiras, sob forma reembolsável, assegurando-se, no mínimo, o retorno correspondente à atualização do capital aplicado, acrescido de juros.

O substitutivo prevê ainda a destinação de no máximo 20% dos recursos do fundo para aplicação em operações de seguro contra



Substitutivo de Waldeck Ornélas "contribuiu para o aperfeiçoamento da proposta original", segundo



o autor do projeto, Roberto Saturnino

risco tecnológico, de equalização de encargos financeiros e participação direta ou indireta no resultado ou no capital de empresas; e de no máximo 40% para apoio a projetos livremente apresentados por universidades, centros de pesquisa e entidades sem fins lucrativos (mesmo que não sejam de autoria dessas instituições).

O rateio dos recursos, segundo o relator, foi adotado de forma bastante flexível, com base em limites máximos e mínimos, de modo a conferir aos gestores do fundo ampla liberdade de gestão administrativa, dentro de uma orientação estratégica previamente definida.

### CONSELHO

O Conselho Diretor do FNDCT será integrado por representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia; Educação; Desenvol-

vimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e ainda por três representantes da comunidade científica, dois do setor produtivo, sendo um da área das micros e pequenas empresas, e um dos trabalhadores.

Criado em 1969, o FNDCT conta hoje, principalmente, com recursos dos fundos setoriais, criados em 1998, sendo o do petróleo o mais importante deles. Com a nova proposta, o FNDCT deixará de seguir norma do Orçamento da União, que obriga a devolução, ao Tesouro Nacional, de recursos que não tenham sido aplicados ao final de cada exercício. Essa norma, segundo Ornélas, impedia que o fundo pudesse dar continuidade a muitos projetos.

## Aprovado perdão de dívida de Moçambique

Os termos do acordo feito pelo governo brasileiro no âmbito do Clube de Paris foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Pelo acordo, a República de Moçambique obteve perdão parcial dos juros de sua dívida com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões. A concessão foi acatada em parecer favorável do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), para quem a medida vai permitir que o governo moçambicano retome os pagamentos dos juros da sua dívida para com o Brasil, suspensos desde 1999. Saturnino disse que a medida é semelhante a outras adotadas para com países devedores africanos, entre os quais

Zâmbia, Angola, Gabão e Guiné.

Segundo Saturnino, Moçambique é um dos países mais pobres da África, com uma renda *per capita* de US\$ 220 e com uma dívida externa já equivalente a 109% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Com o desconto recebido, o governo moçambicano terá até o ano 2020 para pagar ao Brasil.

### ARRECADADO

Ao declarar seu voto favorável, o senador José Fogaça (PPS-RS) disse que Moçambique arrecada só o equivalente a 17% do seu PIB. A carga tributária do Brasil, comparou, é de 32% do PIB. Segundo Fogaça, o perdão parcial da dívida de Moçambique representa um gesto de solidariedade da popu-

lação brasileira para com a população moçambicana.

Saturnino explicou que o crédito da União junto a Moçambique é proveniente de operações de financiamento às exportações, realizadas ao amparo do extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos foram absorvidos pelo atual Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Sem a reestruturação de sua dívida, montada num acordo junto ao Clube de Paris e envolvendo diversos credores, principalmente os países desenvolvidos, Saturnino disse acreditar que o governo de Moçambique não teria condições de honrar seus compromissos externos.



# Bezerra quer aplicação da lei dos agrotóxicos

Sancionada em 2000, exigência de recolhimento de embalagens de agrotóxicos e adubos agrícolas ainda não está sendo cumprida. Pela legislação, setor privado é responsável pela reciclagem dos recipientes e governos estaduais pela fiscalização

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apelou ao governo federal que determine a imediata aplicação de lei sancionada em 2000 que estabelece regras para o recolhimento de embalagens de agrotóxicos e adubos agrícolas utilizados nas lavouras. Segundo o senador, apesar de a legislação ter quase dois anos, ainda não foram tomadas as medidas necessárias para o seu cumprimento.

A quantidade de postos de recolhimento de embalagens para reciclagem existentes hoje, disse o senador, é insuficiente para receber os recipientes vazios, resultantes da venda de cerca de US\$ 2,5 bilhões de agrotóxicos no país.

– Esperamos que, a partir de junho deste ano, prazo estabelecido pela Presidência da Repú-

## Reciclagem atinge 20% das embalagens agrícolas

O mercado brasileiro de agrotóxicos movimentava aproximadamente **25 mil toneladas em 130 milhões** de embalagens. Deste total, **20%** são reciclados. Operam atualmente **50 centrais de recebimento**, das quais pelo menos **35** construídas este ano. De acordo com a legislação sobre o assunto, a responsabilidade pelo destino das embalagens é dividida entre usuários, revendedores e fabricantes



Cabe ao agricultor preparar as embalagens vazias para devolvê-las nas unidades de recebimento. Ao vendedor, disponibilizar e gerenciar unidades de recebimento (postos), para a devolução de embalagens vazias pelos usuários. Já o fabricante deve, entre outras coisas, providenciar o recolhimento, a reciclagem ou a destruição das embalagens vazias devolvidas às unidades de recebimento em, no máximo, um ano, a contar da data de devolução pelos agricultores

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – Sindag

blica, a lei possa, finalmente, vir a ser observada, sem que o agricultor continue preocupado com o destino das embalagens usadas. Já houve tempo suficiente para que os governos estaduais e o setor produtivo se estruturassem

para dar cumprimento às exigências legais – observou.

Carlos Bezerra destacou os benefícios da lei tanto para o meio ambiente como para a população e para os produtores, que podem aproveitar os restos

do produto resultantes das lavagens na pulverização da lavoura.

– Depois da lavagem, os resíduos do produto ficam reduzidos a níveis compatíveis com os parâmetros internacionalmente aceitos. Os riscos de contaminação tornam-se desprezíveis e os benefícios são expressivos para a saúde e para a conservação do meio ambiente – declarou.

O senador registrou ainda que, desde a sanção da lei, diversos investimentos já foram feitos em postos de recebimento de embalagens, 80% dos quais realizados pelas indústrias de agrotóxicos. O setor privado, de acordo com a legislação, é responsável pelo recolhimento das embalagens e os governos estaduais devem fazer a fiscalização.



José Cruz

Para Carlos Bezerra, legislação apresenta benefícios para ambiente e população

O descumprimento da legislação, lembrou Carlos Bezerra, implica crime ambiental. Em 2000, informou, o IBGE constatou que a coleta de lixo na área rural era de 13,3% e que o restante era enterrado ou jogado em terrenos baldios.

## Alcântara: morte materna pode ser evitada

Para marcar a passagem do Dia da Ação pela Saúde da Mulher e do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que é médico, avaliou os índices de mortes de mulheres ocorridas durante a gestação, o parto ou até um ano após o término



Célio Azevedo

Mortalidade na gravidez é resultado da falta de assistência, diz Alcântara

da gravidez no Brasil, que são muito altos. O senador pediu às autoridades da área de saúde que encontrem os meios necessários para atuar com a competência nessa área, a fim de evitar o grande número de mortes desnecessárias ocorridas no Brasil.

– O mais triste é que a maioria

dessas mortes poderia ser evitada. A mortalidade materna concentra-se nas populações menos favorecidas, causada por doenças próprias da gravidez, como pressão alta desencadeada pela gestação, hemorragias, abortos em condições precárias e infecções, todas evitáveis com assistência médica adequada – afirmou.

Alcântara destacou que, enquanto nos países desenvolvidos o coeficiente de morte materna situa-se abaixo de dez mortes por 100 mil nascimentos, no Brasil, segundo a Organização Mundial

da Saúde, a cifra chega a 110 mortes e, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a taxa é de 160 mortes, o que situa o país na 74ª posição no mundo. Porém, continuou, informes oficiais brasileiros reduzem o número para 50 mortes, mas para cada morte declarada, estima-se que haja uma não notificada.

O senador apresentou índices que demonstram que 32% das mulheres da zona rural não têm acompanhamento médico durante a gravidez, número que cai para 8% na zona urbana. O aborto clandestino e o abuso de cesarianas são outros graves problemas registrados no Brasil.

– A Campanha contra a Morte Materna procura mostrar que 90% dos casos poderiam ter sido evitados, observou Alcântara.

## Rocha anuncia seminário sobre clonagem humana

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou a realização do “Seminário sobre Clonagem Humana”, nos dias 11 e 12 próximos – sendo uma atividade conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O evento terá início às 9h, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal. Rocha, que é um dos coordenadores do seminário, disse que o objetivo é obter subsídios para que o Congresso Nacional possa apreciar os projetos de lei relativos à clonagem de seres humanos.

Segundo Sebastião Rocha, o evento contará com cinco mesas de exposição e debates, com os temas “Aspectos Técnicos e Conceituais sobre Clonagem Reprodutiva e Terapêutica”; “A Posição Oficial do Ministério da Ciência e da Tecnologia sobre a Clonagem Humana”; “Direito e Clonagem Humana”; “Ciência e Clonagem Humana”; “Em Defesa da Clonagem Terapêutica Relacio-

nada às Doenças Degenerativas – Esclerose Lateral Amiotrófica”; “As Religiões e a Clonagem Humana”; “Sobre a Clonagem de Seres Humanos – Ética e Direitos Reprodutivos”; e “A Visão Ética”.

Participam do seminário professores, cientistas, médicos, pesquisadores, religiosos, políticos, advogados, juizes e representantes de entidades científicas.



Roosevelt Pinheiro

Sebastião Rocha é um dos coordenadores do evento, realizado pela CAS e CCJ

## Índice de morte materna é elevado

As mortes decorrentes de problemas com a gestação correspondem a cerca de **6%** dos óbitos de mulheres de **10 a 49** anos no Brasil, segundo o Ministério da Saúde. Há **17** anos a taxa nacional está em um patamar **10 a 20** vezes superior ao dos países do Primeiro Mundo. Nestes, o índice está abaixo de **10** mortes para cada **100 mil** nascimentos, chegando a **5** mortes em Portugal e na Inglaterra. No Canadá é de **3,6** mortes/**100 mil** nascimentos. As principais causas diretas de morte materna no Brasil são as síndromes hipertensivas, as hemorragias, as infecções puerperais e as complicações do aborto



Anualmente, **515 mil** mulheres morrem, no mundo, por complicações da gravidez, aborto e parto, sendo que **99%** dos óbitos ocorrem em países em desenvolvimento. O dado revela a forte associação entre morte materna e condições de vida e saúde da população



# Comissão discute em Washington acordo sobre Alca

Debate que começa hoje e vai até sexta-feira é promovido pela ONG Center for Strategic and International Studies, voltada para a melhoria do relacionamento entre o Congresso dos EUA e parlamentares dos países do Mercosul

## Mauro quer menos burocracia para empréstimo no BNDES

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que desburocratize as exigências cadastrais para que o pequeno empresário tenha acesso às linhas de crédito da instituição. Segundo informou, o BNDES oferece crédito a custos entre 4% e 6% ao ano, mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) – que está em 9,5% ao ano. Entretanto, observou, as dificuldades para aprovação do crédito são tantas que empresários desistem de solicitar o empréstimo.

Na avaliação de Mauro Miranda, é necessário que os bancos estabeleçam processo de pré-qualificação dos tomadores de empréstimo, analisando os cadastros com antecedência. Com o cadastro previamente aprovado, observou, o dinheiro oferecido pelo BNDES chegaria às mãos dos comerciantes com maior rapidez.

O senador lembrou que a experiência já teve sucesso em Brasília com o setor de supermercados. Com o cadastro já aprovado, o proprietário de su-

permercado pode valer-se de empréstimos do BNDES para adquirir gôndolas, carrinhos e balcões frigoríficos, levando apenas um cartão eletrônico fornecido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

– Penso que medidas como essa são essenciais para tornar o crédito acessível, ainda mais quando se sabe que o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o BNDES aprovaram linha de crédito no valor de US\$ 1,8 bilhão para as pequenas empresas. Porém, não adianta nada a existência dessa linha se os pequenos empresários não puderem lançar mão dela devido à burocracia na aprovação dos empréstimos – disse.

### MAIORIA

Este ano, entre janeiro e abril, o BNDES movimentou R\$ 5,6 bi-



Mauro Miranda: pequeno empresário desiste das linhas de crédito devido às exigências

lhões em operações com grandes empresas, e R\$ 2,1 bilhões com as pequenas e médias. Em 2001, as empresas de pequeno porte responderam por apenas 23% dos desembolsos do banco.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no país cerca de 3,5 milhões de empresas, das quais 98% são de micro e pequeno porte.

### Desembolso do BNDES por porte da empresa

	1998	1999	2000	2001
Micro, pequenas e médias	2,29	2,75	4,40	5,78
Grandes	16,70	15,30	18,64	19,43

(Em R\$ bilhões)

Fonte: BNDES

## Carvão vegetal e desmatamento serão debatidos

A Comissão Especial de Revitalização do Rio São Francisco reúne-se hoje, às 14h30, para debater temas referentes ao carvão vegetal e desmatamento. A comissão foi criada com o objetivo de acompanhar e avaliar o projeto de revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco.

São esperados como expositores o diretor-presidente da Calsete Siderurgia, Antônio Pontes Fonseca; o diretor do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, José Luciano Pereira; o secretário-executivo da Associação Brasileira de Florestas Renováveis (Abracave), José Baturá de Assis; e o diretor-executivo do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (Sindifer), Luiz Eduardo Furiati Lopes.

Com oito meses de existência, a comissão já realizou 19 audiências públicas com representantes de órgãos governamentais e da sociedade. A falta de recursos para a revitalização do rio marcou a maior parte das discussões entre os integrantes da comissão, que alertaram para a possibilidade de inviabilização do projeto.

A primeira reunião da comissão foi realizada em 10 de outubro do ano passado, quando Ney Suassuna (PMDB-PB) foi eleito presidente do colegiado. Com o licenciamento do senador para assumir o Ministério da Integração Nacional, a presidência ficou a cargo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Designado relator da comissão,

o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) tem a incumbência de apresentar dois relatórios parciais e um final até 15 de dezembro deste ano. A comissão tem como vice-presidente o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL).



Renan Calheiros preside a Comissão do Rio São Francisco, que realiza hoje a discussão

O senador Amir Lando (PMDB-RO) estará em Washington (EUA), a partir de hoje até sexta-feira, como representante da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para debater o acordo de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e outros protocolos com países do Cone Sul. Os debates serão promovidos pela organização não-governamental (ONG) Center for Strategic and International Studies, voltada para a melhoria do relacionamen-



Amir Lando faz parte do grupo de parlamentares que viajou a Washington

to entre Congresso norte-americano e parlamentos dos países do Mercosul. O presidente da Comissão do Mercosul, senador Roberto Requião (PMDB-PR), não estará na comitiva.

Em Washington, os parlamentares levarão as posições defendidas na Comissão do Mercosul. De acordo com relatório distribuído por Requião, a Alca corre o risco de não dar certo porque, no prazo de seis meses, “foi atropelada” duas vezes pelo Congresso dos Estados Unidos. Em dezembro passado, relata, a Câmara dos Deputados norte-americana aprovou a criação da Agência para Promoção do Comércio (Trade Promotion Authority – TPA).

No entanto, segundo Requião, houve uma ressalva atingindo mais de 300 produtos sobre os quais o presidente George W. Bush não poderia firmar acordos sem permissão do Congresso. E em 15 de maio, observou Requião, o Senado norte-americano restringiu ainda mais os poderes presidenciais em matéria de comércio exterior, ao restabelecer que todos os

acordos nesse campo que ameacem setores produtivos americanos podem ser modificados pelo Congresso.

### ORIGENS

No documento, Requião critica a falta de pesquisa a respeito das origens da reação do Congresso daquele país às propostas de maior independência do Poder Executivo dos EUA em matéria de comércio exterior.

– Para o povo norte-americano e suas elites governantes, defender o protecionismo comercial, interna e externamente, significa defender a qualidade de vida desfrutada por grande parte dos seus cidadãos, ou melhor, é defender o próprio direito à vida.

O senador conclui que é equivocado o tratamento dado pela mídia e autoridades brasileiras às transações de comércio exterior.

Além de Amir Lando, integram a comitiva a Washington os deputados Feu Rosa (PSDB-ES), Paulo Gouvêa (PFL-SC), Celso Russomanno (PPB-SP) e Osmar Seraglio (PMDB-PR).

## Requião: governo manobra para impedir referendo sobre acordo

O presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul, senador Roberto Requião (PMDB-PR), denunciou “manobra do governo” para impedir a votação do projeto que convoca referendo sobre a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O projeto era um dos itens da pauta da reunião de ontem da comissão, que não ocorreu por falta de quórum. De acordo com Requião, pela quarta vez conse-

cutiva a ausência de parlamentares da base do governo provocou o adiamento de reunião do colegiado.

O senador alertou que a obstrução também inviabiliza a aprovação de tratados internacionais sobre o Mercosul, de interesse do Executivo. Essas matérias devem tramitar, obrigatoriamente, na comissão antes de serem votadas no Plenário do Senado.





Seminário reuniu deputados, vereadores e funcionários de assembleias e câmaras de vereadores do Nordeste

## Para Carlos Wilson, Interlegis muda representação popular

Primeiro-secretário do Senado apresentou em seminário no Recife balanço do programa que está integrando parlamentares de todo o país

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), disse que, com o Programa Interlegis, o Senado está "liderando, pelo menos em termos tecnológicos, uma revolução na representação popular e democrática". A afirmação ocorreu segunda-feira, no Recife (PE), durante abertura do Seminário Regional Interlegis Nordeste.

Carlos Wilson, diretor nacional do programa, enumerou os resultados do Interlegis até o momento: 612 câmaras municipais dotadas de computadores e impressoras; todas as assembleias estaduais com salas multiuso (20 computadores em rede) e de videoconferência; mais 1.250 câmaras

devem receber seus equipamentos em 2002; adesão de 12.187 parlamentares ao programa; e mais de 600 mil consultas ao Portal Interlegis ([www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br)) em 2001. "Que outra nação pode apresentar resultados como esses? Quase nenhuma, ou nenhuma", afirmou o primeiro-secretário.

### PARTICIPAÇÃO

O Seminário Regional Interlegis Nordeste foi realizado na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Estiveram presentes o primeiro-vice-presidente da assembleia, deputado Afonso Ferraz; o presidente da Câmara Municipal do Recife, vereador Dílson Peixoto; o diretor-executivo do Prodasen, Mário Lúcio Lacerda de Medeiros;

o diretor da Coordenação Especial do Programa Interlegis, Paulo Fontenele; o diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga; e o diretor-geral da Escola do Legislativo da Assembleia, Antônio Fabrício Guedes Alcoforado Filho. Participaram cem representantes de assembleias estaduais e câmaras municipais da região, entre deputados, vereadores e funcionários.

### PRESSA

Carlos Wilson ressaltou que, "se o Interlegis avançou muito desde o seu ponto de partida, é preciso admitir que ainda há um longo caminho a percorrer até o ponto de chegada". E acrescentou: "O Brasil é um país que tem pressa. E nós temos pressa em dotar os legislativos dos instrumentos mais modernos e eficazes para a prática da representação política".

Para o primeiro-secretário do Senado, "é possível revolucionar a representação político-parlamentar com um instrumento tão eficaz como o Interlegis". Por isso, concluiu, é necessário, implementá-lo logo. "Pagaremos o preço da nossa ousadia com o sucesso que virá com as futuras gerações."

Carlos Wilson: "É possível revolucionar a representação político-parlamentar com o Interlegis"



## Decisão sobre TV das Forças Armadas será na próxima semana

O projeto de lei que garante um canal de televisão a cabo para as Forças Armadas será analisado na próxima semana pela Comissão de Educação (CE). O presidente do colegiado, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), concedeu ontem vista coletiva da proposta, que recebeu parecer favorável na forma de substitutivo da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Pelo texto proposto por Marluce, o canal ficará sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, ao qual caberá a divulgação das atividades dos comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica. O projeto original, do senador Luiz Otávio (PPB-PA), previa que o canal seria reservado ao Comando do Exército.

Luiz Otávio acolheu a modificação. Ele anunciou aos integrantes da comissão que está sofrendo "ameaças muito grandes" da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), contrária à aprovação da proposta. Ao defender seu projeto, ele afirmou ser necessária a divulgação do trabalho de defesa das fronteiras nacionais.

— Existem pesquisadores estrangeiros andando pela Amazônia sem controle nenhum, aproveitando-se de nossa biodiversidade — observou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) considerou "inaceitável" a pressão que estaria sendo exercida pela Anatel. Ele lembrou que a Comissão de Educação tem competência para analisar a proposta.

### LIMITAÇÃO

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) foi o primeiro a pedir vista do projeto. Ele foi acompanhado, em seguida, pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que defendeu a aprovação da matéria, mas considerou "limitante" a

divulgação das imagens do canal das Forças Armadas apenas pela TV a cabo. Na sua opinião, poderia ser buscada alternativa de transmissão também por satélite, para que as imagens alcancem regiões de difícil acesso, especialmente na Amazônia.

### ALUNO CARENTE

O presidente da comissão também concedeu vista coletiva do projeto de lei da Câmara que regulamenta a responsabilidade do poder público pelo transporte escolar de alunos carentes nas zonas rurais. De acordo com substitutivo elaborado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), caberá à União prestar assistência financeira aos estados, municípios e Distrito Federal, para auxiliá-los na oferta do transporte escolar.

Diz o texto que os estados e municípios deverão oferecer transporte, "conforme as necessidades dos alunos", aos estudantes do ensino básico da zona rural. Os estados poderão ainda definir formas de colaboração com os municípios.

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) foi o primeiro a pedir vista do projeto, atendendo a reivindicação de prefeitos paraenses que compareceram à comissão. Também solicitaram vista os senadores Arlindo Porto (PTB-MG) e Francelino Pereira. O trabalho do relator foi elogiado pelos senadores Romeu Tuma, José Jorge (PFL-PE), Adir Gentil (PFL-SC) e Marina Silva (PT-AC). Autora de uma das emendas acolhidas pelo relator, Marina ressaltou que se busca, na comissão, definir uma "responsabilidade compartilhada" entre os três níveis da Federação na questão do transporte escolar.

A comissão também autorizou ontem o funcionamento de 27 emissoras de rádio e televisão.



Senadores da Comissão de Educação pediram vista do projeto que concede às Forças Armadas canal de televisão a cabo

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti